

S U P L E M E N T O

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Superintendente: Wanduyck Freitas

ANO LXXXVII

SÃO PAULO — SEXTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1977

NÚMERO 197

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



SÃO PAULO

Diário da Assembléia

PROJETO DE LEI N. 432, DE 1977

MENSAGEM N. 123, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 30 de setembro de 1977

Senhor Presidente

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à alta apreciação dessa egrégia Assembléia, o anexo projeto de lei, que contém a proposta orçamentária do Estado para o exercício de 1978.

A proposição orça a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 101.776,8 milhões. Acrescidas as receitas próprias da Administração Descentralizada, esse valor se eleva a Cr\$ 107.766,7 milhões.

Na elaboração do Orçamento do Estado para 1978, foram considerados os problemas estruturais específicos das finanças públicas estaduais, os da atual conjuntura nacional, bem como as diretrizes da política econômica federal.

As dificuldades do Governo federal, a preocupação em controlar os déficits do Balanço de Pagamentos e os elevados índices inflacionários levou à implementação de estratégia de desaceleração do crescimento econômico, com inegáveis reflexos na esfera de atividades e do emprego da economia paulista.

Essa política de desaceleração seletiva do parque industrial elegeu os setores de bens de capital, de insumos básicos e aqueles voltados à exportação como responsáveis pela expansão do produto. Sensível a essa evolução, o Tesouro estadual vem registrando comportamento aquém do esperado, uma vez que os setores considerados prioritários não contemplados com uma série de incentivos fiscais. Dessa forma, a receita do ICM — responsável por 86% das receitas correntes de 1976 — vem apresentando crescimento inferior aos índices de preços.

No que tange às despesas, o enfoque social da Estratégia de Governo, ao pressionar os gastos correntes, diminui a capacidade do Estado em realizar novos investimentos.

Não obstante a atual conjuntura, o Governo de São Paulo não pode incorrer numa ótica recessiva, a qual, além de contrariar a orientação gradualista do Governo federal, teria efeitos negativos para a economia do País, dada a contribuição deste Estado à formação da riqueza nacional.

Nesse sentido, há que se considerar a preocupação das autoridades federais em tornar seletiva e gradual a política de desaquecimento econômico, com vistas à manutenção do nível de emprego e à readaptação da economia nacional.

Assim, em consonância com essa orientação, o Governo estadual procurou evitar ao máximo que as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira e as apresentadas pelo Tesouro Paulista viessem a influir negativamente sobre os investimentos programados, com repercussões prejudiciais no bem-estar da população em geral e no nível de emprego e das atividades econômicas.

Metodologicamente, o presente orçamento segue os termos da Lei federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, formalizando-se de acordo com a estrutura funcional programática estabelecida pela Portaria n.º 25, de 14 de julho de 1976, da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

I — AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Tendo em vista o acompanhamento das realizações governamentais e a definição de prioridades para a reorientação da Estratégia de Governo, sua periódica avaliação é considerada tarefa primordial da atual forma de administrar os negócios do Estado.

A política estabelecida no início desta gestão, elegendo o setor social como área de intervenção prioritária, vem sendo seguida a nível de Governo, podendo-se notar a reorientação das inversões estatais e das dotações correntes do orçamento para os órgãos diretamente responsáveis pela implementação dessa Estratégia.

Apesar de a avaliação global das realizações governamentais ser de grande complexidade — em particular, no tocante às de natureza social — o balanço dos primeiros anos deste Governo apresenta numerosos aspectos positivos. Não posso deixar, porém, de reconhecer que alguns setores, importantes para a Estratégia de Governo, poderiam ainda ter melhorado o seu desempenho, sanando-se, na medida do possível, as deficiências detectadas.

É fato bastante conhecido que a situação de Saúde de uma comunidade é reflexo de um conjunto de fatores, do qual renda, saneamento ambiental, nutrição e educação são variáveis intervenientes. A reciprocidade dessa constatação está no fato de que indicadores de saúde devem refletir, indiretamente, não só mudanças ocorridas no estado de saúde da população, mas também no desenvolvimento de programas que atuam nesses setores e que extrapolam os limites dessa área específica. Assim, na área de saúde pública, os recursos alocados produziram sensí-

veis efeitos, já que se destinaram a programas de caráter preventivo, atingindo a grande parcela carente da população.

Na análise do que se tem feito em saúde, a evidência maior é dada pelos indicadores de mortalidade infantil, bastante significativos, diretamente influenciados pelo saneamento básico, pelo estado nutricional da população, pela ocorrência de moléstias infecciosas e pela quantidade e qualidade de serviços disponíveis em relação à assistência médica materno-infantil.

Em 1976, tanto no Estado, quanto na Grande São Paulo, o coeficiente de mortalidade infantil apresentou sensível queda, fazendo com que a média anual se constituísse no menor valor da presente década. Embora a mortalidade infantil haja diminuído — indicando melhoria nas condições de saúde —, ainda resta muito a realizar, tornando-se evidente que os programas estratégicos dessa área devem ter continuidade.

Todavia, a Região da Grande São Paulo continua com índices acima dos observados no Estado, o que comprova a precária qualidade de vida na principal área industrial do País, onde as medidas de saneamento básico, de combate à subnutrição e às doenças infecciosas, ainda não atingiram plenamente seus objetivos.

É importante ressaltar que o saneamento básico se reveste de extrema importância no combate e redução das diarreias infantis, que se constituem nas principais causas de óbito no primeiro ano de vida.

As atividades governamentais que influenciam diretamente a melhoria do padrão de vida da população, como a ação da SABESP — aumentando a rede de água, que deverá, em 1978, servir a 90% da população urbana —, e, ainda, o aperfeiçoamento dos serviços de esgoto, serão sentidas mais concretamente nos próximos anos, pois trarão resultados a médio e longo prazos.

Na área de Saneamento Básico, 90,8% dos investimentos realizados beneficiaram a Grande São Paulo, região onde, dada a alta densidade populacional, a falta de infraestrutura urbana assumia graves proporções.

Essa preocupação levou o Governo a contratar serviços para ampliação e melhoria do sistema de adução de água da Região Metropolitana, dos sistemas de abastecimento do Guarujá e da Praia Grande, bem assim para adequação e ampliação dos sistemas de 41 municípios. Na parte relativa aos esgotos sanitários, deverão ser beneficiados nove municípios localizados no litoral e interior.

Quanto ao PLANASA, em 1976, aumentou em 80 o número de sistemas operados pela SABESP, totalizando 129 municípios desde a implantação do Programa. Assim, a população beneficiada pelo PLANASA, que era de 9.364.081 habitantes ao final de 1975, passou a 10.011.437, em dezembro de 1976.

No Município de São Paulo, executaram-se 132.594 ligações domiciliares de água o suficiente para corresponder ao crescimento demográfico e, ainda, propiciar elevação no percentual de atendimento da população urbana.

Quanto ao problema dos esgotos, houve, em 1976, acréscimo de 15.356 ligações, favorecendo aproximadamente 92 mil habitantes. Esse aumento, no entanto, não foi suficiente para acompanhar o crescimento da população, resultando em decréscimo da atendida, ou seja, de 37,0%, em 1975, para 36,0% em 1976.

As campanhas de vacinação realizadas já surtiram efeitos positivos no número de casos de poliomielite, reduzidos de 306, em 1975, para 80, em 1976, na Grande São Paulo, e de 584, para 300, no Estado. Com relação à meningite meningocócica, a queda do número de ocorrências situa-se em torno de 80%, embora continue a nível epidêmico, comparável aos anos de 1972 e 1973.

O Estado, por intermédio da BRASVACIN — cujo primeiro laboratório será inaugurado em 1978 —, pretende elevar a produção interna de vacinas Sabín e de insulina. No Instituto Butantã se encontram em curso trabalhos que visam a desenvolver a produção de vacina contra o vírus da encefalite.

O programa de suplementação alimentar de gestantes, nutrízes e crianças de até doze meses de idade, iniciado em setembro de 1976, em nosso Estado, deverá contribuir para a diminuição da mortalidade infantil, pois a desnutrição também se faz presente nas principais causas de óbito em menores de cinco anos.

A construção de centros de saúde ainda não atingiu as metas fixadas para a Grande São Paulo, em virtude de problemas operacionais e financeiros ligados à implantação da rede física. A falta de atendimento diferenciado, conforme as características sócio-econômicas da população, constitui-se em outro problema a ser solucionado. Nesse sentido, a formação de 200 médicos sanitários nos dois últimos anos, como parte de um programa visando a dotar todos os centros de saúde de médicos especializados em saúde pública, deverá contribuir para maior adequação da assistência à clientela local.

As estações de tratamento existentes receberam em média 2,6m³/s, em 1976. Considerando que esse valor representa cerca de 24,0% do volume de esgotos produzidos pela população servida pelo sistema de água e que as estações, por serem do tipo primário, possuem eficiência de 30,0% no tratamento, tem-se que cerca de 93,0% da carga poluidora dos esgotos são absorvidos pelos cursos de água da região e pelos lençóis de água subterrâneos.

Por esses motivos, iniciou-se, em 1978, a execução da 1.ª Etapa do Plano Diretor do SANEGRAN, passando o Estado a investir cerca de Cr\$ 17.000 milhões até 1983, visando a dotar 55,0% da população de rede coletora de esgotos. Assim, uma vez alcançada a meta que se objetivava para a produção e ligações de água, passar-se-á a alocar substanciais recursos em saneamento, no setor de esgotos.

Na área da Educação, com vistas à crescente democratização das oportunidades de acesso propiciadas à população, implantou-se mais uma etapa da Reforma do Ensino, através do Projeto de Redistribuição da Rede Física. Partindo-se da concepção pedagógica que distingue o ensino de primeiro e segundo graus, esses dois níveis foram separados fisicamente, levando a simplificação das diversas modalidades de estabelecimentos existentes. Com base em levantamento dos alunos por setores geográficos e de acordo com a disponibilidade física de cada setor, procedeu-se ao remanejamento da população escolar, buscando oferecer vaga próxima à residência e atendimento a toda a demanda. Os problemas de evasão e repetência, ainda existentes, são de complexa intervenção por parte do Poder Público, já que suas causas não se colocam, na maior parte das vezes, dentro do sistema de ensino como tal, mas decorrem de carências sócio-econômicas da população.

Outro ponto que merece destaque é o da reorganização do ensino de segundo grau profissionalizante, que vem apresentando dificuldades para sua implantação na forma e extensão propostas pela respectiva lei, por falta de recursos humanos e materiais.

Em que pesem os louváveis objetivos do diploma legal, dada a sua abrangência, e os problemas operacionais surgidos na implantação, seu efetivo impacto ainda é inferior às expectativas.

Dessa forma, o Governo vem procedendo à nova análise do problema, pois concentrando a maior parte do parque industrial do País e detendo os setores tecnologicamente mais avançados, o Estado não pode prescindir de sólida e eficiente retaguarda de estrutura educacional, em condições de prover o quadro de profissionais de grau médio.

Na área da Promoção Social, tem sido dinamizada a criação de canais para que a comunidade encaminhe suas demandas e co-partilhe na solução de problemas causados pelo pauperismo, migração e urbanização desordenada. Nesse sentido, três programas merecem realce: o Pró-Social, que objetiva apoiar serviços e programas desenvolvidos por entidades locais, enfatizando, principalmente, as atividades de estímulo à participação social; o Programa de Centros Comunitários, cuja característica principal é ser uma unidade operacional de base, administrada pela própria comunidade, e finalmente o PLMEC — Plano de Integração do Menor à Comunidade, que, seguindo a filosofia de ação da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor — FEBEM, reformulou os programas de assistência ao menor, buscando a política de educação e de reintegração social dos menores abandonados e infratores à família e à comunidade, aq.invês da ação repressiva.

A Política Habitacional, definida e expressa no PLANHAP, caracteriza o Governo como coordenador de processo equacionad. basicamente a nível federal, pelo BNH, através da COS — Carteira de Operações de Natureza Social, responsável pelo atendimento à população de renda familiar mensal de duas a 22 UPCs (Cr\$ 389,70 a Cr\$ 4.286,30). Os projetos habitacionais são executados pela Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP e pelas COHABS municipais.

No ano de 1976, a oferta de habitações, vinculada ao PLANHAP e executada pelas COHABS em todo o Estado, correspondeu a 24.897 unidades habitacionais para uma demanda de 489.990, representando atendimento de apenas 5,1%.

Durante o primeiro semestre de 1977, essa oferta de habitações para todo o Estado correspondeu a 22.663 das quais 7.156, referem-se a lotes urbanizados, indicando que a oferta de «moradias prontas» se situou em 15.507 unidades. Dessas, 10,6% são provenientes de projetos familiar mensal de duas a 22 UPCs, segundo a COS/BNH, para todo o ano de 1977, é de 75 mil novas moradias e lotes urbanizados, significando oferta da ordem de 12,7%, em face da demanda total estimada em 590.052 unidades habitacionais.